



CONTAGEM-MG

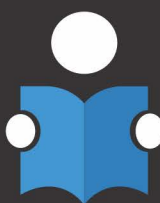
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM - MINAS GERAIS

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais do Município
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CONTAGEM - MG

▼

Assistente Social



SL-139AG-26

7901183006861

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Gêneros e tipos de textos	10
3. Variação linguística: diversidade de usos da língua	15
4. Discursos direto, indireto e indireto livre	17
5. Coerência e coesão textuais	19
6. Estratégias argumentativas	23
7. Processos de formação de palavras.	24
8. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes	29
9. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos	41
10. Concordância verbal e nominal	45
11. Regência verbal e nominal	49
12. Uso dos pronomes relativos	53
13. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos	53
14. Emprego do sinal indicativo da crase	54
15. Usos da pontuação	57
16. Ortografia oficial.	59
17. Acentuação gráfica	63

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; números decimais; valor absoluto; propriedades no conjunto dos números naturais; decomposição de um número natural em fatores primos; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	75
2. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta	90
3. Porcentagem	93
4. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa	94
5. Equações do 1º grau, sistemas de equações do 1º grau e função do 1º grau: resolução de problemas	99
6. Média aritmética simples e ponderada	104
7. Noções de lógica matemática: proposições simples e compostas; conectivos lógicos; tabelas-verdade; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas; quantificadores	104
8. Argumentação lógica: premissas e conclusões; inferências; análise e validade de argumentos.	119
9. Diagramas lógicos; Linguagem dos conjuntos: notação e representação; elementos e relação de pertinência; igualdade de conjuntos; relação de inclusão e subconjuntos; conjunto unitário, conjunto vazio, conjunto universo e conjunto das partes; conjuntos finitos e infinitos; operações com conjuntos - união, interseção, diferença e complementar	123
10. Sequências lógicas com números, letras, palavras e figuras	127
11. Problemas de associação lógica e de verdades e mentiras	128
12. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações.	134
13. Probabilidade: conceitos básicos e cálculo de probabilidades em espaços amostrais finitos	136
14. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico e sequencial	137

Conhecimentos Gerais do Município

1. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município; Noções de cidadania; Símbolos municipais; Questões da realidade, econômica, cultural, história, geográfica e socioambiental do Município. Humanidades: movimentos artísticos, culturais e sociais do Município.....	145
2. Atualidades nos assuntos relacionados a economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas do Município	150
3. Legislações Municipais: Lei Orgânica do Município de Contagem/MG	150
4. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem/MG (Lei Municipal nº 2.160/1990)	185
5. Plano de Cargos, Carreira e Salários do Município de Contagem/MG (Lei Municipal nº 105/2011 e atualizações).....	202
6. Notícias em Geral: Site da Prefeitura Municipal de Contagem/MG.....	212

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Planejamento Social.....	217
2. Código de Ética Profissional e Serviço Social (fundamentos).....	221
3. Serviço Social na Previdência	227
4. Regulamentação da Profissão de Assistente Social	231
5. Legislação da Saúde ligadas a Assistência e da Assistência Social. Política para Crianças e do Adolescentes. Política para Pessoas Idosas. Política para Pessoas com Necessidades Especiais.....	233
6. Instrumentalidade	237
7. Direitos Humanos	239
8. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	242
9. Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS	246
10. Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios	269
11. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social	273
12. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social	277
13. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	281
14. Serviço social e reforma sanitária	285
15. Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.	289
16. Saúde mental e Serviço Social	293
17. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069/1990, e atualizações)	297
18. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.....	337
19. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015, e atualizações)	339
20. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003, e atualizações)	358
21. Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	368
22. Lei Maria da Penha	370
23. Apropriação teórica e prática do projeto ético-político-profissional da Assistência Social.....	378

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICAÇÃO; NÚMEROS DECIMAIS; VALOR ABSOLUTO; PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS; DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL EM FATORES PRIMOS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

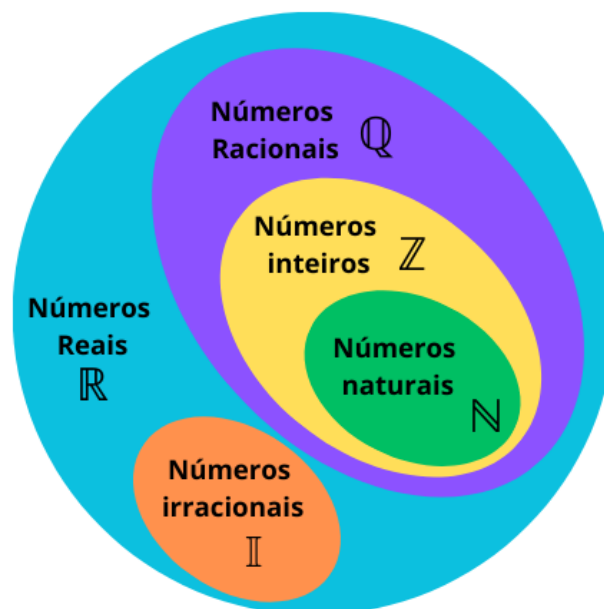
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

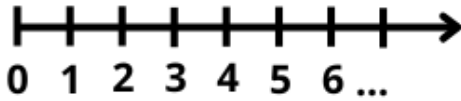
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.

▫ **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

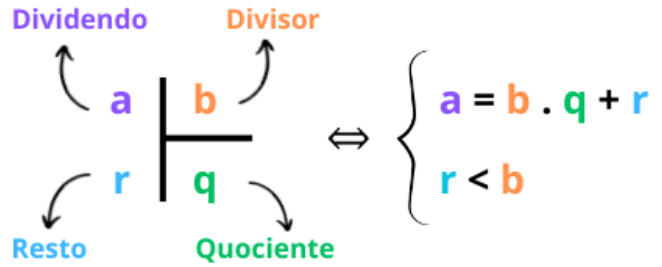
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a , b e c em N

- 1) **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- 3) **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- 4) **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- 7) **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

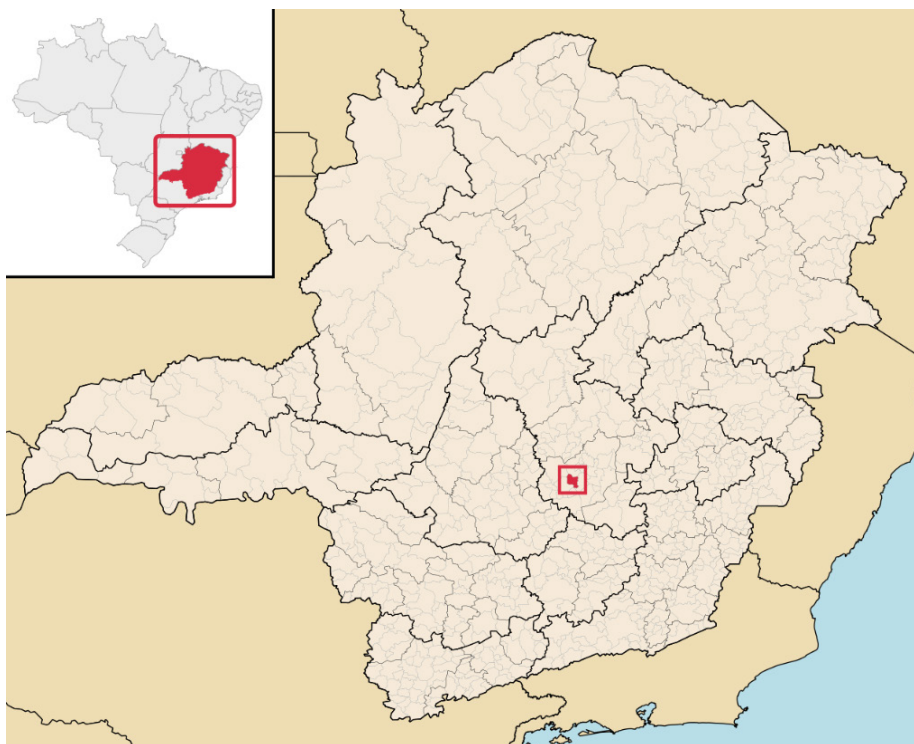
CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, FÍSICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO; NOÇÕES DE CIDADANIA; SÍMBOLOS MUNICIPAIS; QUESTÕES DA REALIDADE, ECONÔMICA, CULTURAL, HISTÓRIA, GEOGRÁFICA E SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO. HUMANIDADES: MOVIMENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO

GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E PERFIL ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

► Localização e Inserção Regional

Contagem está localizada no estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil, e ocupa posição de destaque dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O município integra a Região Geográfica Imediata de Belo Horizonte e a Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte, categorias definidas pela nova divisão regional do território brasileiro. Essa posição geográfica privilegiada, imediatamente a oeste da capital mineira, explica grande parte da trajetória urbana e econômica de Contagem, marcada por um processo intenso de conurbação.



Localização do município de Contagem no estado de Minas Gerais¹

Limites e Conurbação

Os limites administrativos de Contagem tornaram-se, ao longo do tempo, praticamente imperceptíveis na paisagem urbana, em razão do crescimento horizontal do município em direção a Belo Horizonte. Essa conurbação criou uma continuidade urbana entre as duas cidades, tornando difícil, para quem circula pela região, identificar onde termina uma e começa a outra. O município também mantém proximidade direta com Betim, formando, junto com a capital, um dos eixos mais dinâmicos da Grande BH.

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Contagem>

► Aspectos Físicos e Naturais

Relevo, Clima e Vegetação

O território contagemense apresenta feições típicas do relevo do entorno metropolitano de Belo Horizonte, com áreas de elevações suaves entremeadas por vales urbanizados. A vegetação original combina características do Cerrado e da Mata Atlântica, biomas que se encontram na região central de Minas Gerais. Um símbolo natural especialmente relevante é a jabuticabeira, árvore frutífera nativa que representa a identidade ambiental do município e está presente, inclusive, em espaços públicos de preservação, como o Parque Ecológico Familiar, área de quase 30 mil metros quadrados no centro da cidade que reúne espécies nativas, um casarão colonial do século XIX e um trecho de antiga estrada construída por escravizados no século XVIII.

Recursos Hídricos

Entre os elementos hídricos mais importantes está a Barragem de Contagem, localizada no bairro Icaivera, na divisa com Betim. Construída para atender à expansão industrial da região metropolitana e ao abastecimento de água, foi inaugurada em 1972 e possui capacidade para armazenar até 44 milhões de metros cúbicos de água, sendo hoje também utilizada para a prática de esportes aquáticos.

► Infraestrutura Viária e Ferroviária

Contagem é cortada por três rodovias federais de grande relevância nacional: a BR-381, conhecida como Rodovia Fernão Dias, que liga a região a São Paulo; a BR-262, que dá acesso ao Espírito Santo e ao Triângulo Mineiro; e a BR-040, que conecta o município a Brasília e ao Rio de Janeiro. Historicamente, o território também foi servido pela Estrada de Ferro Oeste de Minas, com estações como Bernardo Monteiro e Contagem, hoje utilizadas para transporte de cargas pela iniciativa privada, já que o transporte ferroviário de passageiros foi desativado após a implantação do metrô da capital.

► Divisão Administrativa em Regionais

A gestão territorial de Contagem organiza-se por meio de regionais administrativas, cada uma originada de antigas fazendas e propriedades rurais que foram loteadas ao longo do século XX. Entre as principais regionais estão Sede, Eldorado, Industrial, Ressaca, Nacional, Riacho, Petrolândia e Vargem das Flores, cada uma com características próprias de ocupação, comércio e serviços.

- **Ressaca:** originada da Fazenda Morro do Confisco, abriga importante distrito industrial e o entreposto da Ceasa Minas.
- **Nacional:** formada a partir da Fazenda da Gangorra, mantém forte presença de áreas de preservação e nascentes.
- **Riacho:** surgida do desmembramento da Fazenda Riacho das Pedras, consolidou-se como polo comercial e de serviços.
- **Petrolândia:** com nomenclatura de ruas relacionada à indústria do petróleo, reflete a proximidade histórica com atividades ligadas à refinação.
- **Vargem das Flores:** abriga a represa homônima, um dos principais espelhos d'água da região metropolitana.

► Perfil Demográfico e Indicadores Estatísticos

População e Densidade

Contagem figura como o terceiro município mais populoso de Minas Gerais, com população apurada pelo Censo em pouco mais de 621 mil habitantes, número que, em estimativas anteriores, já havia ultrapassado 670 mil pessoas. A área territorial do município é de aproximadamente 194,7 quilômetros quadrados, o que resulta em uma das densidades demográficas mais elevadas do estado, superior a três mil habitantes por quilômetro quadrado, reflexo direto do intenso processo de urbanização e conurbação metropolitana.

Indicadores Sociais e Econômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Contagem situa-se na faixa considerada alta, com valor próximo a 0,756, calculado a partir de dimensões como longevidade, educação e renda. A taxa de escolarização líquida na faixa etária de seis a quatorze anos supera 97%, indicador expressivo de acesso à educação básica. O Produto Interno Bruto per capita do município ultrapassa 45 mil reais, evidenciando o peso da atividade industrial e comercial na economia local. Quanto à composição populacional por cor ou raça, os dados censitários mostram predominância de pessoas pardas, seguidas por pessoas brancas, pretas, amarelas e indígenas, retratando a diversidade étnica característica da formação social mineira.

FORMAÇÃO HISTÓRICA, CIDADANIA E SÍMBOLOS MUNICIPAIS

► Origens Coloniais do Território

A história de Contagem remonta ao início do século XVII, quando um posto fiscal português foi instalado em terras da sesmaria do capitão João de Sousa Souto Maior, no local conhecido como Sítio das Abóboras. Esse posto tinha a função de registrar e tributar a passagem de cabeças de gado, escravizados e mercadorias que circulavam pela região, prática que deu origem ao próprio nome do município. A população local ergueu uma capela dedicada a São Gonçalo do Amarante, santo protetor dos viajantes, formando o arraial de São Gonçalo de Contagem, denominação que uniu a devoção religiosa à atividade fiscal que caracterizava o povoado.

► Da Paróquia à Emancipação Política

Elevação a Paróquia e a Município

Em 1854, o arraial foi elevado à condição de paróquia, desmembrando-se da paróquia do Curral Del-Rei. O passo decisivo para a autonomia política ocorreu em 30 de agosto de 1911, quando uma lei estadual elevou o arraial à categoria de município, desmembrando-o dos territórios de Sabará e de Santa Quitéria, atual Esmeraldas. A instalação solene da primeira Câmara Municipal ocorreu em junho de 1912, sob presidência de João Cizinando e Costa, consolidando a estrutura política local.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PLANEJAMENTO SOCIAL

FUNDAMENTOS E SENTIDOS DO PLANEJAMENTO SOCIAL

► Planejamento como processo técnico e político

Finalidade pública e relação com direitos sociais

O planejamento social organiza decisões destinadas a enfrentar necessidades coletivas e situações de vulnerabilidade por meio de objetivos, prioridades, recursos, responsabilidades e formas de acompanhamento. Seu caráter técnico decorre do uso sistemático de informações, métodos de análise, instrumentos de programação e critérios de avaliação. Seu caráter político decorre da escolha de problemas que receberão atenção, da definição de públicos e territórios prioritários, da distribuição de recursos escassos e da negociação entre interesses presentes na sociedade e no Estado. Por isso, planejar não significa apenas elaborar um documento formal. Significa construir uma direção consciente para a ação, vinculando diagnóstico, decisão, execução e avaliação.

No campo social, o planejamento deve estar subordinado à garantia de direitos e à responsabilidade pública. Uma intervenção pode ser eficiente do ponto de vista administrativo e, ainda assim, inadequada se reproduzir discriminações, criar barreiras de acesso ou deslocar para indivíduos e famílias responsabilidades que pertencem às políticas públicas. A orientação por direitos exige reconhecer sujeitos como cidadãos, tratar necessidades de modo não moralizante e organizar respostas que considerem desigualdades econômicas, territoriais, geracionais, de gênero, deficiência e outras condições que afetam o acesso à proteção social.

Níveis e horizontes de planejamento

O planejamento pode operar em diferentes níveis. O nível estratégico define direções amplas, prioridades institucionais e resultados esperados em período mais extenso. O nível tático traduz essas direções em programas, projetos, serviços e arranjos de gestão. O nível operacional detalha atividades, fluxos, prazos, recursos e responsabilidades cotidianas. Esses níveis não são compartimentos isolados. Um plano estratégico que não se desdobra em organização concreta tende a permanecer declaratório; uma rotina operacional sem direção estratégica pode consumir recursos sem produzir mudanças relevantes.

A temporalidade também deve ser coerente com a natureza do problema. Demandas emergenciais exigem respostas imediatas, enquanto processos de fortalecimento de vínculos, redução de desigualdades e expansão de cobertura requerem continuidade. O planejamento social combina, portanto, ações de curto prazo com trajetórias de médio e longo prazo, evitando que a urgência cotidiana elimine a capacidade de formular respostas estruturantes.

A comparação abaixo evidencia diferenças funcionais entre os principais níveis.

Nível	Foco predominante	Produto típico	Pergunta central
Estratégico	Direção e prioridades	Plano e objetivos	Onde se pretende chegar?
Tático	Programas e organização	Programação e projetos	Como organizar a resposta?
Operacional	Execução cotidiana	Rotinas, cronogramas e fluxos	O que será feito, por quem e quando?

A articulação entre esses níveis permite transformar diretrizes em entregas concretas. Quando objetivos estratégicos são acompanhados por metas factíveis, responsabilidades definidas e mecanismos de revisão, o planejamento se torna instrumento de gestão e de controle público, e não apenas peça administrativa.

► **Princípios que orientam o processo**

Integralidade, intersetorialidade e territorialização

Problemas sociais raramente se restringem a uma única política. Uma família pode demandar simultaneamente renda, acesso à saúde, educação, moradia, proteção contra violência e apoio para convivência comunitária. A integralidade orienta a leitura articulada das necessidades; a intersetorialidade organiza cooperação entre políticas, sem dissolver competências próprias; e a territorialização aproxima a decisão das características concretas dos lugares onde as pessoas vivem.

Planejar territorialmente implica considerar distribuição da população, oferta de serviços, barreiras de mobilidade, redes comunitárias, dinâmicas econômicas, incidência de riscos e capacidades locais. O território não é somente uma divisão geográfica. É espaço de relações, circulação, pertencimento, conflitos e oportunidades. Essa leitura evita respostas uniformes para realidades distintas.

Participação e transparência

A participação social amplia a legitimidade do planejamento e melhora a qualidade do diagnóstico, pois usuários, trabalhadores, organizações e instâncias de controle podem revelar problemas que dados administrativos não mostram. A transparência, por sua vez, torna objetivos, recursos e resultados compreensíveis e verificáveis.

A participação precisa ser organizada com método. Antes de listar prioridades, é necessário explicitar os critérios utilizados para reconhecê-las e os limites existentes. Entre os elementos que podem estruturar processos participativos estão:

- Escuta de usuários sobre barreiras de acesso, qualidade do atendimento e mudanças percebidas.
- Diálogo com trabalhadores sobre capacidade instalada, fluxos e problemas de execução.
- Debate com conselhos e fóruns sobre prioridades, financiamento e padrões de oferta.
- Devolutiva pública sobre decisões tomadas, justificativas e resultados acompanhados.

A participação não substitui a responsabilidade do gestor pela decisão, mas reduz arbitrariedades, melhora a aderência das ações às necessidades reais e fortalece o caráter democrático das políticas sociais.

DIAGNÓSTICO SOCIAL E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

► **Construção do diagnóstico**

Leitura de necessidades, riscos e capacidades

O diagnóstico social é a base analítica do planejamento. Ele procura responder quem demanda proteção, onde se concentram necessidades, quais situações produzem maior gravidade, que serviços já existem, como estão distribuídos e quais lacunas impedem respostas adequadas. Um bom diagnóstico integra dados quantitativos e informações qualitativas. Indicadores populacionais, registros administrativos e séries históricas ajudam a dimensionar fenômenos; escutas, observações profissionais, estudos territoriais e participação de usuários ajudam a compreender processos, significados e obstáculos.

A análise deve distinguir necessidade social de demanda registrada. A ausência de procura por um serviço não prova inexistência de necessidade. Pode indicar desconhecimento, distância, estigma, horários incompatíveis, barreiras físicas, digitais ou comunicacionais, discriminação ou baixa confiança institucional. Planejar com base apenas na demanda espontânea tende a invisibilizar grupos que enfrentam maiores dificuldades de acesso.

Qualidade e interpretação da informação

Dados devem ser avaliados quanto à cobertura, atualidade, consistência e possibilidade de comparação. Um número isolado raramente explica um problema. É necessário relacioná-lo à população de referência, ao período, ao território e ao modo como foi produzido. Também é importante evitar confundir correlação com causalidade. A concentração de determinada ocorrência em um território pode revelar maior risco, maior capacidade de registro ou ambos.

Informações qualitativas complementam a leitura, especialmente quando fenômenos possuem dimensão relacional, como violência, isolamento, insegurança, fragilidade de vínculos e discriminação. O diagnóstico robusto combina diferentes fontes e explicita limites, evitando transformar dados incompletos em certezas administrativas.

► **Priorização de problemas e públicos**

Critérios de relevância e viabilidade

Como recursos são limitados, o planejamento precisa priorizar. A priorização deve observar gravidade, magnitude, urgência, desigualdade, risco de agravamento, possibilidade de prevenção e capacidade institucional de resposta. Também precisa considerar deveres legais e compromissos públicos, que podem tornar determinada oferta obrigatória independentemente de sua visibilidade política.

Os critérios não devem ser aplicados mecanicamente. Um problema com baixa frequência pode exigir prioridade se produzir danos muito graves. Da mesma forma, um fenômeno numericamente expressivo pode demandar medidas universais, enquanto situações específicas requerem proteção especializada. A decisão deve combinar justiça distributiva, proteção de grupos vulnerabilizados e sustentabilidade da ação.

Objetivos e problemas bem formulados

A formulação do problema deve descrever uma situação indesejada sem antecipar a solução. Expressões como “falta de capacitação” já pressupõem que capacitar é a resposta, enquanto o problema real pode envolver dimensionamento insuficiente de equipe, fluxo inadequado, sobrecarga ou ausência de articulação. Problemas bem definidos permitem explorar alternativas.

A tabela mostra como diferentes elementos do diagnóstico se conectam ao planejamento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!